



TERMO DE REFERÊNCIA

Órgão responsável: Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

Solicitação de Compras nº 465/2024

1- DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de lâminas para motoniveladoras pertencentes a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Os bens são classificados como comuns uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Os objetos desta contratação não se enquadram como sendo bem de luxo, conforme Decreto municipal nº 12.464/2022.

A presente contratação não está prevista no Plano de Contratações Anual tendo em vista que o mesmo não foi elaborado para o ano corrente, no entanto, está alinhada com os demais instrumentos de planejamento da Administração.

O presente termo de referência tem como base legal a Lei n. 14.133/2021.

2 – DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

A Administração Pública realizou no ano de 2023 um Processo Licitatório para contratação de empresa para Prestação de serviços de Gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do Município, firmando a Ata de Registro de Preços 077/2023 entre a Administração e a empresa Nilton Martins Ferreira, Processo 646/2022, Pregão 009/2023.

Desde então, a Administração vem sofrendo com as falhas na prestação dos serviços, o que ensejou em várias notificações e por fim a abertura do Processo Administrativo de nº 002/2024, visando a apuração de responsabilidade por parte da empresa e a paralisação imediata dos serviços.



A paralisação da frota veicular na Administração Pública pode ter consequências severas em diversos aspectos, afetando diretamente a qualidade de vida da população, a eficiência operacional da administração, e a estabilidade econômica e social da região. Portanto, é crucial para a Administração Pública garantir a manutenção e operação contínua de sua frota veicular para evitar impactos negativos.

Os impactos seriam significativos e multifacetados, conforme segue:

1. Serviços de manutenção de estradas, parques e outras infraestruturas públicas seriam interrompidos, resultando em deterioração das condições e aumento dos custos de reparo no futuro.
2. A paralisação pode gerar custos adicionais com manutenção corretiva, aluguel de veículos substitutos, conforme o caso;
3. Obras e projetos de infraestrutura podem ser atrasados, aumentando os custos totais e prejudicando o desenvolvimento local.
4. A incapacidade de fornecer serviços básicos pode gerar insatisfação entre os cidadãos.
5. Funcionários podem enfrentar dificuldades para se deslocar, afetando a produtividade e eficiência dos serviços administrativos.
6. A paralisação pode dificultar a coordenação de operações logísticas e de planejamento, gerando desorganização e ineficiências.
7. A falta de manutenção nas estradas rurais em decorrência da falta de manutenção das máquinas, poderão impactar diretamente na economia do município, uma vez que poderá dificultar o escoamento da produção rural.

Um novo procedimento para a contratação de serviços de gerenciamento de frotas, encontra-se na fase preparatória e ainda não foi concluído diante de sua complexidade e acerto das falhas visualizadas na contratação anterior, por esse motivo, a Administração deverá se utilizar do artigo **75, I, da Lei 14.133/2021**, dado o baixo valor econômico do objeto e por se tratar de entrega única e imediata, para aquisição das peças para manutenção da máquina motoniveladora New Holland RG140.



A aquisição das lâminas, será imprescindível para garantir as boas condições de funcionamento das motoniveladoras e atendimento das altas demandas relacionadas a este município, em especial aos serviços relacionados a manutenção das estradas rurais.

As lâminas são essenciais para a manutenção e nivelamento das estradas, garantindo uma superfície lisa e segura para o tráfego. Estradas bem conservadas são fundamentais para a mobilidade de pessoas e bens, e impactam positivamente na economia local.

A utilização regular de motoniveladoras com lâminas adequadas previne o desgaste excessivo e danos mais severos nas estradas de terra e cascalho, evitando intervenções mais caras e complexas no futuro.

Lâminas novas e de qualidade aumentam a eficiência das motoniveladoras, permitindo que o trabalho seja realizado de maneira mais rápida e eficaz, com menos interrupções para manutenção.

Importante ressaltar que o quantitativo a ser adquirido nesta contratação, foi verificado por servidores da Secretaria de Obras, sendo demanda urgente pela respectiva secretaria. O novo processo licitatório para suprir as futuras demandas já encontra-se em andamento, no entanto, conforme demonstrado, a paralisação dos veículos e máquinas até a conclusão do novo processo acarretaria em prejuízos incalculáveis para a Administração e consequentemente para o interesse público.

3 – JUSTIFICATIVA DE NÃO ELABORAÇÃO DO ETP E MAPA DE RISCOS

Por se tratar de um fornecimento comum, na qual existe a possibilidade de aferição dos padrões de desempenho e qualidade pretendidos mediante as informações contidas neste termo de referência, considerando ainda o Decreto Municipal 13.388/2024, entendemos pela desnecessidade do estudo técnico preliminar.

A elaboração de um mapa de riscos exige tempo, esforço e recursos financeiros. Em ambientes onde os recursos são escassos ou onde há outras prioridades mais urgentes, torna-se



impraticável ou pouco eficiente dedicar recursos à elaboração de um mapa de riscos para este tipo de contratação.

Além disso, o art. 72 da Lei 14.133/2021, nos traz que:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

Portanto, com base nas características do objeto e no aspecto discricionário conferido a Administração pelo artigo supracitado, entende-se que o objeto enseja a prescindibilidade do mapa de riscos.

4 – DA DISPENSA DE PUBLICAÇÃO DE AVISO

Conforme prevê o art. 4º, § 5º do Decreto Municipal 13.484/2024, a presente contratação está dispensada de publicação de aviso, devido ao baixo valor da aquisição, por se tratar de entrega imediata que não acarreta obrigações futuras ao Contratado, e devido a realização de ampla pesquisa de mercado pela Secretarias Requisitante, conforme demonstrado no Relatório de pesquisa de preços.

5 – RAZÃO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR

Na tentativa de se efetivar a contratação mais vantajosa para a Administração, foi realizada cotações com fornecedores diretos nos respectivos mercados, conforme demonstrado no Relatório de pesquisa de preços.



A empresa CAETANO MÁQUINAS LTDA. CNPJ 00.778.754/0001-77 foi a que apresentou a proposta de menor valor, considerada portanto a proposta mais vantajosa.

Além do preço, foram consideradas outras variáveis na escolha do fornecedor, conforme segue:

A Administração já realizou contratações anteriores com este fornecedor e o mesmo atendeu com êxito as suas demandas.

Além disso, os produtos fornecidos são de boa qualidade, o fornecedor possui boa reputação e credibilidade no mercado, entrega produtos ou serviços dentro do prazo acordado, presta um bom atendimento ao cliente e suporte pós-venda e ainda possui localização estratégica e eficiente, o que contribui para a redução de custos de transporte e prazos de entrega.

6 – ESPECIFICAÇÃO E VALOR DA CONTRATAÇÃO

<u>ITEM</u>	<u>CATMA</u> <u>T</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>UNID</u> <u>MEDIDA</u>	<u>QUANT</u> <u>.</u>	<u>VALOR</u> <u>UNITÁRIO</u> <u>O</u>	<u>VALOR</u> <u>TOTAL</u>
1	XXX	Lâmina de patrol 8 furos	PEÇA	06	R\$ 798,00	R\$ 4.788,00

O custo estimado total da contratação é de R\$ 4.788,00 (quatro mil setecentos e setenta e oito reais), conforme pesquisa de preço anexa.

O quantitativo a ser adquirido é apenas para a demanda já existente na Administração.

7 – DO REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA DO FORNECIMENTO

O fornecimento contratado será realizado por execução indireta.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:



O objeto deverá ser entregue no pátio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, situado na Rua José Assunção, 105, São Pedro, Pará de Minas MG, no prazo de até 5 dias, a contar do recebimento da Solicitação de Fornecimento.

A CONTRATADA deverá executar o fornecimento utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução do fornecimento, conforme ordem de solicitação emitida pela Secretaria solicitante.

O fornecedor está sujeito à fiscalização do produto no ato da entrega e posteriormente, reservando-se a esta Prefeitura Municipal, através do responsável, o direito de não receber o produto, caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias ou não for de primeira qualidade;

Para o produto, considerar que o peso, a unidade e a qualidade são pré-requisitos para o recebimento;

Recebido o objeto, se a qualquer tempo durante a sua utilização normal vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a imediata notificação da empresa a ser contratada para efetuar a substituição do mesmo;

O transporte e a descarga do produto no local designado correrá por conta exclusiva do fornecedor, a fixação das placas nos veículos são de inteira responsabilidade do fornecedor, ambas sem qualquer custo adicional. Caso o produto seja entregue em desacordo com os requisitos estabelecidos pela Prefeitura, ou em quantidade inferior ao estabelecido, a empresa deverá substituí-lo ou complementá-lo no máximo em 48 horas;

A garantia deste objeto será conforme o estabelecido no Código de Defesa do Consumidor;

O fornecedor responsabiliza-se pelo fiel cumprimento da entrega no prazo estabelecido neste termo de referência, em conformidade com as descrições apresentadas.

8 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



A aquisição de lâminas para as motoniveladoras garantirá a manutenção adequada das estradas, promovendo a segurança, a redução de custos operacionais e ambientais, possibilitando o atendimento às necessidades da comunidade de forma eficiente.

9 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os custos com a presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

684 – 02.014.26.452.0054.2182.3.3.90.30.00 –
MANT.PREV/CORRET.FROTA/VEICULOS

10 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Conforme dispõe o artigo 20, § 2º, do Decreto Municipal 13.484/2024, fica dispensada totalmente a apresentação da documentação de habilitação, tendo em vista se tratar de contratação para entrega imediata e de valor inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO

Considerando o baixo valor econômico e por tratar-se de contratação de entrega, o contrato será substituído por nota de empenho ou documento equivalente, conforme dispõe o artigo 95, I e II, da Lei 14.133/2021.

Quanto a execução da contratação, a empresa deverá entregar o produto no prazo mencionado no item 7 deste Termo de Referência.

12 – GARANTIA DA PROPOSTA

9.31 Não será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, por se tratar de contratação de pequeno valor e entrega imediata.

13 – GARANTIA DO CONTRATO



Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A fiscalização decorrente desta contratação, será acompanhada e fiscalizada pelo servidor João Pedro Ferreira Pinto, técnico em administração, matrícula 20.586, lotado na Secretaria de Obras e Infraestrutura., nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021, que deverá cumprir o disposto no Decreto nº 12.723/2022.

O gestor da contratação, será o servidor Júlio César Ferreira de Paula, com atribuições administrativas e a função de administrar todas as ocorrências decorrente da contratação, desde sua concepção até a finalização, conforme disposto no Decreto nº 12.732/2022.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto, decorrente da referida contratação, se dará por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

Os bens serão recebidos com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, que verificarão a sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da contratação.

16 – DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado, respeitada a ordem cronológica prevista no artigo 142 da Lei 14.133/21.

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o Órgão contratante atestar a execução do objeto da contratação.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021.

O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos Previdenciários, Trabalhistas, FGTS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.



Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada na contratação.

17 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Prefeitura ou a terceiros;

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS
Praça Afonso Pena, nº 30, Centro, Pará de Minas, Minas Gerais
CEP: 35660-013 / Telefone: (37) 3231-7763



Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá e/ou outro documento equivalente;

Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, em legislação específica e/ou quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto.

Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

Relatar à Prefeitura toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a execução e entrega do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições previamente autorizadas pela Administração;

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância as especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

O objeto deve estar acompanhado, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;



Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o produto com avarias ou defeitos;

Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da contratação.

O fornecimento deverá ser executado pela CONTRATADA na forma descrita no Termo de Referência.

As características indicadas na proposta vinculam a referida contratação;



Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao fiel cumprimento do disposto nesta dispensa de licitação;

Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Termo de Referência;

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento e/ou serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no fornecimento das peças e/ou na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à entrega do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Receber o objeto, disponibilizando local, data e horário e demais condições estabelecidas neste Termo;



Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes no Termo de Referência.

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e na forma estabelecidos nesse termo;

19 – DA GARANTIA DO PRODUTO

Os itens em questão ficam amparados pelas garantias do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990).

20 – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação.

21 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O Município de Pará de Minas/MG, reserva-se no direito de impugnar o fornecimento prestado, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei 14.133/2021.

Fica eleito o foro da Comarca de Pará de Minas/MG como único e competente para dirimir quaisquer demandas da presente contratação, por mais privilegiado que outro possa ser.

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS
Praça Afonso Pena, nº 30, Centro, Pará de Minas, Minas Gerais
CEP: 35660-013 / Telefone: (37) 3231-7763



contratação de todas as informações necessárias ao fornecimento, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

Pará de Minas, 20 de Maio de 2024

Júlio César Ferreira de Paula
Chefe de Transportes

Dimitri Gonçalves de Moraes
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

Assinantes



✓ **Julio César Ferreira de Paula**

Assinou em 20/05/2024 às 14:46:30 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Julio César Ferreira de Paula, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

✓ **Dimitri Gonçalves de Moraes**

Assinou em 21/05/2024 às 10:36:26 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Dimitri Gonçalves de Moraes, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse

o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

XK5

8R2

6XQ

498